

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, REALIZADA NO DIA UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

----- **ATA NÚMERO DEZ** -----

----- (Mandato 2013-2017) -----

----- Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e catorze reuniu na sua Sede, sita na Rua Conde de Arnoso número cinco-A, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Luís Filipe Nunes Coimbra Nazaré, coadjuvado por José Alberto da Conceição Reis, Primeiro Secretário, e por Margarida Alexandre Nascimento Afonso, Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana Vanessa Henriques Medeiro, Mário Joaquim Gomes Branco, Maria Cristina Alves Campos, António Diogo de Carvalho Gongó Carvalheda, e Maria da Luz Martins.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Mariana Raquel Aguiar Mendes Teixeira, Valdemar António Fernandes Abreu Salgado, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Francisco Luís Ferreira Bento, Maria Manuela Roque Rodrigues Barros Maia, Tiago José Gonçalves Costa Ghira Campos e Catarina Maria Martins Vaz Ferreira e Silva. ----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Tiago José Pereira Magro e Paulo Teixeira de Nápoles Guerra.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** João Luís Lima de Moraes.-----

----- **Do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** João Diogo Moura.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Mário Rui Peixoto Reis Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria da Luz Martins.-----

----- Armando Dias Estácio, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria Manuela Maia.-----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques, que justificou a sua ausência foi substituído por Tiago Ghira Campos.-----

----- Maria Manuela Silva Correia de Brito e Nunes Santos, que justificou a sua ausência foi substituída por Catarina Ferreira e Silva.-----

----- Pedro Miguel Gomes Bastos, que justificou a sua ausência e foi substituído por Tiago Magro.-----

----- Aquino José Mário de Noronha, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Guerra.-----

----- José Lima Andrade dos Santos Correia, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Diogo Moura.-----

----- Às vinte e uma horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- Informou que, a pedido do Senhor Presidente da Junta, tinha sido retirado o ponto 5 da ordem de trabalhos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguesa Isabel Gomes** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. Começo a ser habitual nesta casa, pelo menos enquanto a minha rua estiver no estado em que está. Eu vim mais uma vez apelar ao Senhor Presidente que fosse feita uma fiscalização mais apurada relativamente às obras da Rua Infante Dom Pedro.-----

----- Se por um lado a Travessa Henrique Cardoso está parada, por aquilo que sabemos e está aquele espaço, que não é viável abrir a rua por ali, na parte que liga a Entrecampos está neste momento aquilo a que podemos chamar vergonhoso e muito complicado. ---

----- Eu tenho dúvidas que alguém invisual possa passar por ali e mesmo as pessoas com mobilidade condicionada, basta que tenham uma bengala, para não ser possível passar por ali. -----

----- Ficámos sem ligação à Rua de Entrecampos, do outro lado, à linha de comboio. --

----- Aquilo vai durar semanas e semanas, porque é colocada uma pedra por dia e o levantar do piso, esse sim, faz-se a uma velocidade muito grande, o que nos leva a pensar que vamos ter durante muito tempo sem qualquer tipo de passagem. Aquilo vai ser um local de obra permanente até ao fim do seu mandato. -----

----- Eu queria pelo menos pedir-lhe que a fiscalização fosse mais apurada, de tal forma que aquilo andasse um pouco mais depressa e não durante anos e anos.” -----

----- **Freguês Eduardo Peres** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a primeira vez que eu estou aqui nesta Assembleia e começo por cumprimentar todos os Membros da Junta, da Mesa e da Assembleia de Freguesia. -----

----- Eu só trago aqui três pontos para abordar. Um penso que será mais da competência da Junta, os outros dois serão mais da Câmara, mas de qualquer maneira aqui fica o alerta. -----

----- Uma primeira situação, que na minha opinião diz mais respeito à Junta de Freguesia, é a situação em que estão os passeios das ruas do bairro. Encontra-se muita pedra solta, muito buraco, muito desnivelamento, e causam, como eu também já assisti, a queda de algumas pessoas. Isso oferece uma certa perigosidade e daí o alerta à Junta de Freguesia. -----

----- As outras duas situações, uma delas está localizada na Praça de Alvalade, uma placa que indica a biblioteca que existe nos Coruchéus. Essa placa de indicação, na minha opinião, não está correta, porque só quem desce a Avenida da Igreja é que a vê e vê a apontar para onde? Para o centro comercial. Não me parece que seja uma boa localização, porque quem vem das outras localizações nem a vê. -----

----- A terceira situação, que eu não sei como é que se chama a rua, mas sei que é aquela rua que fica entre o LNEC, que vai dar acesso à Segunda Circular, à zona Alta de Lisboa. Não tenho nada contra a situação dos cicloturistas, obviamente, mas aquela obra tornou essa estrada um bocado perigosa para quem circula. Além de ser uma via estreita, a curva que é feita à esquerda, ao fundo da mesma, oferece uma certa perigosidade. Eu mesmo já testei essa situação. -----

----- A questão que eu deixo é se a Junta pode fazer chegar essa informação à Câmara.

----- Na continuação dessa situação, quando viramos à direita para entrar na Segunda Circular, parece que a própria sinalização existente no pavimento da via não está correta. Quando fizeram a marcação com a sinalização de bus, a pessoa fica ali um bocado sem saber o que é que há-de fazer. -----

----- Eram estes três temas e nada mais tenho a dizer por agora.”-----

----- **Membro João Morais (BE)** disse que gostaria só de informar a Assembleia e as pessoas presentes que o BE solicitara um pedido de consulta do processo relativo ao jardim de infância e relativo ao processo de entrega do edifício da ex Junta de Freguesia do Campo Grande a uma entidade privada. Tinham-lhes respondido, ao contrário do que se dera a entender na Assembleia de Freguesia, que haveria disponibilidade para os Membros da Assembleia consultarem o processo, a final de contas tinham sido informados que não havia processo nenhum, só havia um protocolo final. -----

----- Achava estranho e não queria acreditar que um processo com uma consequência tão forte, a entrega de um edifício público durante 30 anos, que não tivesse um processo

inerente a essa decisão e, portanto, renovava a intenção de consulta desse processo. Iria fazer também o pedido à responsável pela educação e manifestava o apelo para que houvesse disponibilidade e abertura para consultar o processo, porque as pessoas tinham direito a ser informadas e perceber a razão de ter sido escolhida essa opção de entregar a essa associação e não a outras e quais tinham sido as outras associações. Saber quais foram as outras associações consultadas e a razão de não terem sido escolhidas e que valores estavam em causa. -----

----- Estava em causa uma entidade privada fazer um investimento naquele imóvel e não se sabia qual era o valor que estava em causa, porque se a entidade... a Junta de Freguesia teria que indemnizar esse valor e não se sabia qual era o valor em causa. ----

----- Solicitava e apelava a que houvesse disponibilidade para informar e para as pessoas perceberem porque se tinha encerrado um edifício que estivera dezenas de anos ao serviço da população e era entregue de 'mão beijada', de graça durante 30 anos." -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que estavam num período dedicado a dar a voz ao público e não a Membros da Assembleia de Freguesia. Todavia, uma vez que não existia nenhum ponto na ordem de trabalhos dedicado a assuntos de interesse geral, permitira que fosse feita a exposição e pedia que se mais algum Membro da Assembleia de Freguesia quisesse dirigir-se à Assembleia dentro do período que devia ser dedicado exclusivamente ao público e aos fregueses para se dirigirem aos órgãos da Freguesia, que o fizessem. -----

----- Se assim fosse, no ponto 1 da ordem de trabalhos, onde seria apresentada a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, ao abrigo dos termos legais que, pensava, daria azo a um registo de intervenções mais aberto. Assim sendo, o registo de intervenções seria mais fechado e circunscrevia-se àquilo que fosse transmitido na Informação Escrita. -----

----- **Freguês Eduardo Peres** fez a seguinte intervenção: -----

----- "Esqueci-me só de focar um pequeno ponto, que é sobre o parque infantil que existe aqui junto ao... de Alvalade. Há equipamentos para as crianças brincarem que estão já a denotar alguma degradação. Já agora, era bom se pudessem acrescentar lá um escorrega para os miúdos." -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, prosseguindo a sua intervenção, referiu que alguns dos pontos levantados, para não dizer todos os pontos, independentemente dos juízos de valor que não iria fazer acerca do que fora referido, tinham sido suscitados e esclarecidos para contento de uns e descontento de outros, mas era normal e a democracia era assim mesmo, na sessão da Assembleia de Freguesia que tinha votado e apreciado a proposta respetiva. -----

----- Tinha a dizer, de uma forma cordial, que não apreciava esse tipo de expedientes e pediu que mais ninguém voltasse a fazer esse tipo de expedientes. As coisas deviam ser ditas na altura certa, na sessão certa, para não terem que se voltar a repetir e sobretudo utilizando uma figura que não era normal por parte dos Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por cumprimentar toda a Assembleia e em especial as pessoas que pela primeira vez ali estavam a exercer as suas funções. ---

----- Em relação à posição do BE, parecia-lhe bastante sintomático a utilização de um ponto impróprio, designadamente cavalgando um ponto que era para utilização exclusiva por parte dos cidadãos, para levantar uma questão que podia ser levantada em 'outros assuntos da Freguesia', se os houvesse, mas também da Informação Escrita, se habilidade suficiente surgisse para colocar uma intervenção nesse ponto. Era sintomático porque também revelava as dificuldades em compreender as regras de

funcionamento das organizações públicas, que geravam o conjunto de ilusões que o BE quisera criar.-----

----- O BE tinha pedido documentos e aquilo que fora informado, podia ler porque tinha por escrito, era que não havia documentos para além daqueles que tinham sido já distribuídos à Assembleia. Daí não decorria que não tivesse havido diligências não registadas por escrito relativamente a outros parceiros potenciais, nem tinha que haver no processo que aí fora encetado. Isso já tinha sido discutido *ad nauseam* na Assembleia de Freguesia própria e lamentava que tivessem de maçar os Membros da Assembleia de Freguesia a esse propósito mais uma vez. -----

----- O que se tinha feito não era ceder qualquer equipamento a privados, ao contrário do que o BE pretendia. O que se tinha feito era uma parceria com uma IPSS, que era bem diferente de utilizar o chavão genérico de entidade privada, que era de grande desonestidade intelectual fazê-lo. Era parceira da Freguesia de São João de Brito havia longas décadas e estava a operar na Freguesia desde 40 ou 50 anos atrás, com um grande histórico de qualidade ao nível daquele setor.-----

----- O que se tinha feito era evitar a continuidade de funcionamento de um equipamento que não tinha condições para funcionar e essa era uma escolha naturalmente discutível. O que se iria fazer era colocar um equipamento de creche operado por um parceiro que era uma IPSS. -----

----- Aquilo que o BE pedia eram documentos próprios do que seria um processo de concessão a privados de serviço público, que não acontecera e que lhe provocava imensa estranheza verificar que era afinal o que o BE defendia, que esse processo se instruisse como se de uma concessão de serviço público se tratasse. O que esse processo não era, nunca fora e não iria ser. -----

----- O único elemento que ainda não era do conhecimento da Assembleia de Freguesia e que seria no futuro, que ainda não era do conhecimento de ninguém, era o valor que seria investido pela Associação de Jardins Escola João de Deus naquele equipamento, que quando o projeto de execução estivesse concluído e o montante fosse conhecido seria, conforme era compromisso, levado ao conhecimento da Assembleia. -----

----- Essa era a verdade. Podiam concordar e podiam discordar, podiam saber sair vencidos quando a democracia os vencia, podiam procurar evitar uma derrota política, depois cada um defendia o que entendesse. Agora, faltar à verdade em espaço onde o Executivo tivesse contraditório, isso não iria admitir nunca. -----

----- Esperava que, tornado a explicar tudo aquilo que já tinha sido expandido, não houvesse necessidade de voltarem a entrar nesse tipo de apreciação de valor que o BE tinha em relação a uma política em que fora derrotado, como em tantas outras. Não tinha a pretensão de convencer quem não queria ser convencido e, portanto, pela sua parte havia um ponto final quanto a essa matéria que a população saberia bem avaliar quando o equipamento estivesse ao seu serviço.-----

----- Relativamente ao público, que era quem tinha a primazia nesse ponto, o que podia dizer nessa fase sobre a obra na Infante Dom Pedro era que a interrupção da ligação à Travessa Henrique Cardoso derivara de um litígio divulgado na última reunião pública de Câmara, entre o Município de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia do Sardoal. Encontrava-se ultrapassado e estava prevista para muito breve a assinatura do referido acordo e o fim da ação judicial que interrompera o curso das obras. Tinha esperança que elas pudessem retomar também nesse troço a bom ritmo, permitindo pelo menos um acesso pedonal, como estava previsto, qualificado para os moradores poderem estacionar daquele lado e regressar à praça. -----

----- Esclareceu que a Junta de Freguesia não tinha poderes de fiscalização em sentido próprio sobre a obra, porque a obra era municipal. A Junta vinha introduzindo a pressão

que parecia pertinente para que a obra avançasse. Ela já devia estar concluída, aconteceram atrasos vários e alguns foram benignos no sentido de poderem ser feitos melhoramentos do ponto de vista do projeto, que fora discutido com a população. A Senhora Isabel Gomes e outros tinham estado presentes nesse momento de discussão.-

----- O que preocupava era que a obra avançasse a bom termo, até para não colidir com a obra imediatamente subsequente, que também fora anunciada na reunião descentralizada da Câmara Municipal relativamente a um assunto que ainda bem que tinha sido levado à Assembleia, porque permitia atualizar informação aos Membros da Assembleia de Freguesia a esse respeito, relativa ao elevador de atravessamento da linha ferroviária de cintura entre a Rua Infante Dom Pedro e a Rua João Villaret. Tinha sido adjudicado e entraria em obra, pelo que parecia, a breve prazo, conforme fora anunciado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado ali mesmo, naquele auditório, no passado mês de novembro. -----

----- Quanto ao Senhor Eduardo Peres, que dizia ser a primeira vez que estava nessa Assembleia, cumprimentava-o como distinto Membro que tinha sido na Assembleia de Freguesia do Campo Grande, desejava-lhe as boas vindas à Assembleia e que fossem muitas mais a partir desse momento. -----

----- Disse que sobre os passeios das ruas do bairro, o que preocupava era que o intervalo entre a deteção de uma ocorrência e a respetiva resolução conseguisse mediar o mais curto tempo possível. Isso vinha sendo difícil, por razões ligadas à contratação pública. Para quem queria cumprir nos seus estritos termos a contratação pública, conforme o legislador incumbira, tinha mais etapas quando se resolvia caso a caso. Isso já tinha sido discutido em Assembleias anteriores. -----

----- Findara-se o processo relativo à contratação, através de concurso público internacional, da manutenção dos espaços verdes da Freguesia. O prazo para apresentação de propostas acabaria no corrente mês e seguiam-se os trâmites normais. Seria feito um procedimento equivalente para a manutenção, quer dos pavimentos pedonais, quer do mobiliário urbano e de outros equipamentos no espaço público sob incumbência da Freguesia. -----

----- Até aí estavam a usar outras modalidades que não ofereciam o resultado que desejariam em termos de tempo, mas mesmo assim tinha a convicção de que o tempo se encurtara significativamente e que os resultados eram já muito positivos e muito visíveis, como aliás se podia verificar da apreciação da Informação Escrita. -----

----- Sucedia que havia um problema de relação entre o arvoredo em caldeira e o arvoredo em pequenos espaços com o passeio, que não era um problema dos passeios e sim do arvoredo. As opções de muitas décadas atrás sobre o arvoredo a colocar na via pública em contexto urbano não teriam sido as melhores e atualmente a opção colocava-se entre o abate desse arvoredo ou a sua manutenção com prejuízo do pavimento pedonal. Eram 2400 árvores em caldeira e nem todas colocavam problemas, mas muitas delas colocavam e o que se tinha feito até ao momento era uma priorização de quais as intervenções a fazer, algumas já tinham sido realizadas com grande polémica, porque ninguém gostava de ver o abate de uma árvore, mas tinha sido possível nos tempos mais recentes substituir quase imediatamente todo o arvoredo removido, em primeiro lugar por espécies mais aptas a funcionar em contexto urbano, mas com menor ensombramento porque tinham uma idade mais jovem e só daí a longos anos poderiam prover ao mesmo ensombramento. -----

----- Isso era feito, quer por razões fitossanitárias, do estado de saúde do espécimen arbóreo, quer por razões ligadas aos pavimentos pedonais, mas não era possível fazê-lo em 2400 árvores. O orçamento de uma operação dessas era absolutamente incomportável e, portanto, era feito paulatinamente. Os últimos exemplares que tinha de

memória eram os da Rua General Pimenta de Castro, que eram dois choupos de grandes dimensões que tiveram de ser abatidos. Eram de tão grandes dimensões que a inclinação que apresentavam em conjunto com o grau de destruição dos passeios provocado pelas raízes não dava outra alternativa, tendo sido substituídos por outra espécie de menor porte que pudesse ocupar algum espaço em contexto urbano. -----

----- Continuará a ser assim. Era natural que demorasse muito tempo a substituir todo o arvoredo, para não ficarem de repente como se tivesse passado uma motosserra por toda a Freguesia, deixando de ter arvoredo para privilegiar os pavimentos pedonais. Tinha que se equilibrar as duas coisas, a qualidade da circulação pedonal por via dos pavimentos e a existência de ensombramento. -----

----- Tinha sido aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de Lisboa um programa chamado Plano de Acessibilidade Pedonal, que era previsto ser paulatinamente implementado até 2017, que influenciava também as considerações a propósito das escolhas dos materiais e outras que eram colocadas nesse tipo de intervenções. Era um processo que iria acompanhar nas discussões de quem se interessava pela vida coletiva durante vários anos, mas continuaria a haver intervenções.

----- Quanto à sinalética da Praça de Alvalade, iriam verificar, tomar boa nota e enviar para a Direção Municipal de Mobiliário e Transportes. -----

----- Quanto à Rua das Murtas, já tinha havido um pequeno melhoramento na circulação dessa rua, porque ao princípio a curva proveniente da Avenida do Brasil era muito aguda e já fora suavizada em termos até da circulação dos autocarros, que tinham dificuldade em passar naquela zona. A Junta acompanhava isso em conjunto com a referida direção municipal, no sentido de avaliar não apenas essa zona de ligação à entrada automóvel no Complexo Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa e de ligação à Alta de Lisboa e à Segunda Circular, mas também da sinalização e circulação na própria Avenida do Brasil, onde também havia alguns problemas do ponto de vista dos atropelamentos, até porque nem todos os utilizadores dessa passadeira estavam nas melhores condições para circular sozinhos na via pública, por razões que eram evidentes para todos. -----

----- Em relação ao parque infantil, já estava concluído o levantamento de todos os parques infantis da Freguesia e das suas necessidades. Já existiam algumas consultas para saber qual era o custo de uma intervenção qualificada em todos os parques infantis e, em princípio, a partir do segundo trimestre de 2015 haveria intervenções de manutenção corretiva dos parques infantis da Freguesia. -----

----- Era difícil que conseguissem ter folga orçamental para colocar novos equipamentos. Fundamental era substituir os que estavam danificados, reparar os que tinham reparação e pôr os parques infantis todos nas mesmas condições. O investimento adicional de brinquedos no contexto de cada um desses parques seria uma segunda fase, depois de estarem todos em funcionamento. Não era o caso desse, mas havia dois parques encerrados na Freguesia e a urgência era que esses fossem reabertos muito rapidamente e que todos os outros fossem colocados ao mesmo nível, para não terem que ser encerrados. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºS 8 E 9

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Ata n.º 8, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 13 votos a favor e 5 abstenções. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a Ata n.º 9, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 12 votos a favor e 7 abstenções. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que iriam apreciar duas moções efetivas e uma moção putativa, entradas na Mesa da Assembleia de Freguesia. A moção putativa tinha sido apresentada pelo grupo do CDS-PP e tinha entrado fora do tempo previsto no Regimento, não respeitando as 24 horas previstas no Regimento para apresentação de moções. -----

----- Dito isso e uma vez que tinham de procurar ter sempre a flexibilidade que entendessem, colocava a questão aos Membros da Assembleia em relação à putativa moção do CDS-PP, “Voto de Saudação – 29 Anos Sobre o 25 de Novembro de 1975”. Pedia a opinião da Assembleia, expressa através de um voto simples, se considerava que essa moção devia ser aceite apesar de não ter cumprido as 24 horas úteis do Regimento, ou se em cumprimento estrito do Regimento ela devia ser rejeitada. Não havia abstenções, era sim ou não. -----

----- Submeteu à votação a **admissão da moção do CDS-PP**, tendo a Assembleia deliberado **aceitar, por maioria**, com 16 votos a favor e 3 votos contra. -----

----- VOTO DE PESAR -----

“----- *Faleceu no passado dia 15 de Novembro José Casanova membro do Comité Central do Partido Comunista Português.* -----

----- *José Casanova nasceu no Couço em 1939, onde desde muito novo viveu acontecimentos da luta antifascista nesta terra de resistência dos trabalhadores e do povo contra a exploração e a opressão, pela liberdade e a democracia.* -----

----- *José Casanova foi diretor do jornal “Avante!”, Órgão Central do PCP, entre 1997 e Fevereiro de 2014. Salienta-se ainda a sua produção no campo literário, com os romances “Aquela Noite de Natal”, “O Caminho da Aves” e “O Tempo das Giestas”, bem como com outras obras, nomeadamente o livro sobre Catarina Eufémia, recentemente editado, e diversos trabalhos e participações.* -----

----- *José Casanova deixa-nos a sua intervenção dedicada como militante e dirigente do PCP nas mais diversas tarefas e responsabilidades e a sua sensibilidade e contribuição no plano cultural.* -----

----- *Os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua Assembleia de 01 de Dezembro de 2014, delibere:* -----

----- *Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de José Casanova e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família.* -----

----- *Os eleitos do PCP na AF de Alvalade.* ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu a votação o **Voto de Pesar pelo falecimento de José Casanova**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

-----MOÇÃO-----

“----- *Considerando que o Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Assembleia da República com os votos da maioria política que suporta o Governo e um orçamento que concorrera para o empobrecimento, para a destruição do Estado Social e para a redução de direitos, numa regressão civilizacional com efeitos dramáticos difíceis de prever;* -----

----- *Considerando que já eram evidentes os sintomas de agravamento do equilíbrio social, tendo crescido dramaticamente os pedidos de assistência às IPSS e a outras instituições que no nosso Concelho prestam, em regime de voluntariado, um importante papel no sentido de apoiar as famílias mais necessitadas;* -----

----- *Considerando que aquelas instituições lutam já com dificuldades que serão agravadas podendo mesmo entrarem em rutura;*-----

----- Considerando que a própria sociedade civil pode vir a ser pressionada para se mobilizar no sentido de a sua ação vir a ser utilizada para esvaziar o papel da segurança social e do próprio Estado Social; -----

----- Considerando que com a nova Lei das Finanças Locais, que é indissociável do Orçamento aprovado, se operam cortes nas autarquias de forma brutal e absolutamente desproporcionada, em mais de 500 milhões de euros e que, por efeitos de tal redução, muito provavelmente todos órgãos autárquicos ir-se-ão confrontar com dificuldades inultrapassáveis para implementar políticas que assegurem serviços com a dignidade requerida e de molde a preservar a necessária coesão social; -----

----- Considerando que o orçamento agora aprovado indicia inúmeras e diversas inconstitucionalidades; -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvaiade, reunida a 01/12/2014, delibera: -----

----- 1. Apresentar à Assembleia da República um voto de indignação e protesto pela aprovação da Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015; -----

----- 2. Exortar o Senhor Presidente da República a solicitar ao Tribunal Constitucional, à semelhança do que decidiu fazer com o regime de convergência de pensões entre o sector público e privado, a fiscalização preventiva da Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015. -----

----- Alvalade, 01 de Dezembro de 2014 -----

----- Os eleitos do PCP na AF de Alvalade. ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Moção sobre o Orçamento de Estado**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor, 8 votos contra e 2 abstenções. -----

----- Seguidamente, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Independentemente das considerações que eu faça, dos juízos de mérito que possa fazer, eu entendo e terei sempre esta posição, que a esta Assembleia de Freguesia compete tudo aquilo que ela entender, mas acho que não é o local próprio para nos estarmos a pronunciar sobre atos do Governo, independentemente de gostarmos muito, pouco ou nada deles. -----

----- Terei sempre esta posição relativamente a qualquer moção, venha ela de onde vier, acerca de atos governativos, tenham eles impacto direto ou indireto, porque na verdade qualquer decisão de qualquer governo tem sempre impacto direto ou indireto sobre a Freguesia, sobre as populações ou sobre as pessoas em geral.” -----

----- **Membro Diogo Moura (CDS-PP)** disse que o voto de saudação não tinha sido feito em tempo útil porque não tivera acesso ao Regimento e só ao final do dia tinha sabido que ia substituir um Membro do CDS. Não sabia que as 24 horas eram úteis e daí o ter passado o prazo de entrega da saudação. -----

----- VOTO DE SAUDAÇÃO -----

----- “-----39 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 -----

----- Cumpriram-se, no passado dia 25, 39 anos sobre o 25 de Novembro de 1975, data em que terminou o período a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário Em Curso). -----

----- O PREC representou a tentativa das forças políticas de alguma esquerda não democrática, e das forças militares que apoiavam essa facção, tomarem a liderança do processo de libertação iniciado em 25 de Abril de 1974. -----

----- Estas forças, com particular destaque para os partidos tradicionalmente designados de extrema-esquerda, tudo fizeram para bloquear a construção de uma Democracia pluralista e de cariz ocidental. -----

----- A violência gerada durante este período foi transversal a toda a sociedade no confronto entre aqueles que defendiam a ideologia antidemocrática dos promotores do

PREC (como se 50 anos de ditadura não bastassem ao povo português) e as ideologias democráticas, pluralistas e humanistas. -----

---- Sem o esforço dos militares, com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes apoiados pelos partidos democráticos, e de muitos outros cidadãos, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia, a Democracia dificilmente teria sobrevivido e consolidado. -----

---- Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o CDS/PP acredita e defende que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado. -----

---- A História deu razão a todos aqueles que assim pensaram, nunca tendo, até hoje, permitido que Portugal fosse governado por partidos antidemocráticos. -----

---- Mesmo com os percalços de uma Constituição, à qual o CDS se opôs por esta pugnar, no seu preambulo por “uma sociedade socialista”, ainda não fosse essa a vontade de todos os portugueses, o “25 de Novembro” permitiu que, se implantasse, de facto, a Liberdade que ao longo destas décadas tem permitido aos portugueses serem donos do seu destino! -----

---- Por estas razões, o CDS-PP reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época, foi o “25 de Novembro” que tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória importa preservar e assinalar, defendendo o que de mais precioso o 25 de Abril consagrou: a nossa Liberdade. -----

---- Foi em nome dos valores da Liberdade e do Pluralismo que o CDS/PP aprovou recentemente a atribuição da Medalha de Mérito Municipal — Grau Ouro a Associação 25b de Abril, e é em nome desses mesmos valores que o CDS/PP submete, a esta Assembleia, o presente voto de saudação. -----

---- Assim, o membro do CDS-PP propõe a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 1de Dezembro de 2014, que: -----

---- Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. -----

---- Lisboa, 1 de Dezembro de 2014 -----

---- O membro do CDS-PP - João Diogo Moura. ----- ”

---- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu a votação o **Voto de Saudação ao 25 de Novembro**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor, 3 votos contra e 4 abstenções. -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia** fez a seguinte declaração de voto:-----

---- “Independentemente da formulação da moção, que me merece sentimentos contraditórios, aprovar votos com uma semana de antecedência em relação às efemérides é uma coisa que me incomoda. É como festejar os anos de alguém depois do aniversário. Nunca achei graça nenhuma. -----

---- É uma questão pessoal e não me vou pronunciar sobre as questões políticas, que me merecem sentimentos contraditórios. Esta é a razão de ser da minha abstenção.” -

---- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha um texto para figurar como declaração de voto dos Membros do PS a favor da moção:-----

---- “O Partido Socialista pugnou antes e depois do 25 de Abril de 1974 pela instalação de uma democracia representativa em Portugal. Na visão do Partido Socialista, o 25 de Novembro não pode ser lido em toda a sua importância histórica sem exaltar o contributo de Ernesto Melo Antunes, que impediu a clandestinização e à

hostilização de forças da esquerda, garantir a construção de uma sociedade democrática e verdadeiramente plural.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia prevista na alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a Informação Escrita tinha sido distribuída e, independentemente da sua extensão, estimava que os Membros da Assembleia tivessem tido oportunidade de se inteirar do seu conteúdo. Portanto, faria só alguns destaques relativamente àquelas matérias que mereciam especial importância. ---

----- Relativamente à representação em geral, salientava dois eventos. Um tinha sido a etapa de Lisboa do Worl Padel Tour. Era um desporto em crescimento em toda a Península Ibérica, com grande crescimento em Portugal, e a Freguesia de Alvalade talvez fosse a Freguesia da cidade com mais campos de padel e, portanto, era com grande interesse que viam a segunda edição desse evento no território da Freguesia, que tivera lugar no Lisboa Racket Center. Estimava-se que no próximo ano também se pudesse aí fazer a terceira edição, porque era um desporto bastante flexível para todas as gerações, não exigindo uma preparação física por aí além. Era um evento até com cariz familiar interessante e esperava que continuasse no território da Freguesia. -----

----- A inauguração da exposição de José Pedro Croft, “Objetos Imediatos”, na Cordoaria Nacional. Como sabiam, o José Pedro Croft era um grande artista de renome internacional com o seu atelier instalado no território da Freguesia e, portanto, deviam acompanhar e valorizar todo o trabalho desses artistas. Tinha sido uma exposição de grande dimensão e relevo cultural na cidade e no País, que a Junta tivera oportunidade de apoiar e de participar. -----

----- O início da escolinha de ciclismo tinha começado na EB São João de Brito e entretanto estava já na Teixeira de Pascoais. A avaliação preliminar que se fazia desse projeto recentemente lançado na Freguesia era de enorme sucesso e tudo fariam para que se pudesse alargar, como se dissera logo no seu lançamento, a outras escolas da Freguesia de Alvalade. Isso tinha sucedido com o projeto curricular de natação, que já se alargara a todas as crianças dos jardins de infância da Freguesia, sendo que o seu início também tivera lugar no período a que dizia respeito a presente Informação Escrita. -----

----- Também durante esse período se lançaram as diligências relativas à realização de um mercado de Natal, que aproveitava para salientar não no sentido das diligências que estiveram contidas dentro do período da Informação Escrita, mas porque de 10 a 14, como podiam ver no cartaz, iria haver um mercado de Natal no Largo Feitor Pinto e na Avenida da Igreja. Tinha começado nesse dia a montagem dos equipamentos e estavam todos convidados para participar nessa iniciativa, que era de todos e para todos os fregueses. Ambicionava-se uma atratividade mais ampla do que só das pessoas locais, porque o grande propósito era dinamizar o comércio tradicional, mostrar o potencial económico da Freguesia de Alvalade e atrair visitantes para poder dar alguma pujança àquilo que era a atividade económica e que no contexto da Freguesia era essencialmente atividade comercial tradicional. -----

----- Em relação a iniciativas realizadas ou apoiadas pela Junta de Freguesia de Alvalade, queria sublinhar a “Cidade das Tradições” organizada pelo INATEL, realizada no parque de jogos 1º de Maio entre os dias 19 e 21 de setembro, nesse ano dedicada ao Alentejo. Quase diria que premonitoriamente, uma vez que tiveram a presença do cante alentejano, que passara a integrar a lista do património cultural imaterial da humanidade da UNESCO. Tinha sido um olhar sagaz da Fundação

INATEL para aquilo que estava a acontecer à cultura portuguesa no mundo e tinha sido muito honroso para a Junta poder dar um pequeno apoio a essa organização. -----

---- No mesmo modelo a Junta apoiara o festival FDUL Experience, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, um festival cultural que tivera lugar por ocasião da abertura do ano letivo nessa Faculdade.-----

---- De iniciativa da Junta, em parceria com a Universidade de Lisboa, fruto do protocolo celebrado com a Associação Musical “Lisboa Cantat” realizara-se um evento para o qual os Membros da Assembleia foram convidados e alguns fizeram a gentileza de comparecer, um concerto em que se tinha interpretado a “Carmina Burana” de Carl Orff onde estiveram 1800 pessoas a assistir a esse espetáculo e 400 outras, infelizmente, não puderam entrar porque a Aula Magna fora encerrada por motivos de segurança à entrada de mais público, uma vez que estava na lotação da sua capacidade.-----

---- A visita a Figueira de Castelo Rodrigo, na sequência do protocolo aprovado pela Assembleia de Freguesia no dia 18 de outubro e que permitira a um conjunto de cidadãos da Freguesia de Alvalade conhecer a povoação, os seus produtos tradicionais. Continuará com a presença do Município de Figueira de Castelo Rodrigo com um stand no mercado de Natal de Alvalade e desde já desafiava todos a visitarem esse stand e a conhecerem esses produtos, porque era uma experiência muito interessante e podiam observar no terreno como os protocolos aprovados na Assembleia, que por vezes tinham um certo grau de abstração quando eram discutidos, tinham efetivamente impacto e transformava-se em realizações concretas e podiam ser encontrados no terreno. -----

---- Dera-se também o lançamento do primeiro número da revista da Junta de Freguesia de Alvalade. -----

---- Fizera-se uma campanha de divulgação da proposta relativa à reabilitação do Mercado de Alvalade Sul, no âmbito do Orçamento Participativo 2014 da CML, que efetivamente lograra ser vencedora. Gozara do apoio maioritário dos participantes no Orçamento Participativo de 2014 e com essa verba seria possível reabilitar o mercado de levante, que já tinha tantos anos a discussão sobre a necessidade da sua reabilitação. Seria uma iniciativa participativa que ia permitir a sua reabilitação. -----

---- Tinha-se dado também o lançamento da página da Junta de Freguesia de Alvalade no *facebook*.-----

---- Iniciara-se uma estratégia de diminuição dos consumos de energia elétrica no Mercado de Alvalade Norte. Como sabiam, se tivessem acompanhado na imprensa, cerca de nove meses atrás o Mercado de Alvalade Norte tinha sido considerado o equipamento público da Cidade de Lisboa com maiores consumos de energia elétrica. No imediato instalaram-se baterias de condensadores para diminuir o consumo de energia reativa e haveria outras etapas na redução dos consumos nesse equipamento. ----

---- Iniciaram-se as diligências de preparação da primeira Feira da Saúde de Alvalade, “Saúde em Ação”, em parceria com o Lions Clube Lisboa Alvalade.-----

---- Fizeram-se iniciativas de comemoração do Dia Municipal Para a Igualdade, em parceria com o agrupamento de escolas de Alvalade. Tinha sido muito interessante ter estado na Escola Secundária Padre António Vieira com um conjunto de iniciativas nesse âmbito. -----

---- Continuaram as diligências de preparação para constituição da Comissão Social de Freguesia de Alvalade, que entretanto já fora apresentado ao público e estava perto da sua consagração numa iniciativa com a participação de mais de uma centena de pessoas nesse mesmo auditório onde se encontravam. -----

---- Tinha resumido a atividade da Junta de Freguesia de Alvalade nesses dois meses e, apesar do curto período que representava, fora intensa e proveitosa para a gestão autárquica do território, para o próprio território e para as pessoas que nele viviam.-----

----- **Membro Diogo Carvalheda (PS)** disse que queria levantar três questões ao Executivo, relativamente a três projetos que foram apresentados, dado o sucesso que tinha sido já descrito na intervenção do Senhor Presidente: -----

----- O espetáculo “Carmina Borana” tinha sido um excelente concerto e queria saber se estariam previstos concertos naquele contexto e se havia datas previstas para a realização dos mesmos. -----

----- Relativamente ao lançamento da revista da Junta de Freguesia de Alvalade, gostaria de saber para quando estava prevista a saída de um novo exemplar e se já havia alguma ideia de quais seriam os temas debatidos. -----

----- Em relação às escolinhas de ciclismo, gostaria que o Executivo concretizasse um pouco melhor quais seriam os próximos passos que pensava dar no curto prazo. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que tinha uma questão em relação ao sítio na internet da Junta. Estava com um ano em intervenção, ainda nesse dia tentara aceder e continuava em remodelação. Perguntou quando estaria operacional. -----

----- Sabia da existência do *facebook*, mas muita gente não ia ao facebook. Se buscassem no google a Junta de Freguesia de Alvalade, aparecia o site. Havia um ano que estava em construção, não sabia se tinha havido alguns percalços pelo meio, mas era essa a dúvida. As pessoas perguntavam se havia site, havia sítio mas não havia site. -

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que a sua pergunta ia no sentido das anteriores Assembleias de Freguesia, em que já tinha alertado que um conjunto de cidadãos da Freguesia referiram a lomba da Frei Miguel Contreiras, que continuava mais elevada em relação às outras. Tinha alertado a primeira vez mais de seis meses antes, todos os meses fazia essa observação e a lomba ainda não tinha sido reduzida. Voltava a tocar nesse ponto, porque o Senhor Presidente já tinha dito que aquilo era para andar a 20, mas a realidade era que mesmo de forma reduzida batia à mesma. Um carro mais comprido que tivesse os eixos mais largos, batia por baixo. -----

----- Queria deixar esse aviso porque como Membro da Assembleia não queria que a Junta de Freguesia daí a uns meses pudesse receber contas das oficinas para pagar aos municípios que tivessem lá deixado algumas das suas peças. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** começou por dizer que no protocolo aprovado estavam bem definidas as contrapartidas que o “Lisboa Cantat” tinha que retribuir à Junta de Freguesia. Pelo menos um concerto de grande dimensão, coral sinfónica por ano era uma dessas obrigações, dois outros concertos de dimensão diferente, não coral sinfónica, e outro acontecimento que podia ser de diverso tipo com atividade musical. --

----- O que estava previsto para breve era uma participação do “Lisboa Cantat” no dia 14, no âmbito do mercado de Natal, onde aproveitaria para apresentar uma das valências que tinha inaugurado na sequência da atribuição das instalações, uma iniciativa chamada “Jazz Cantat” e que teria a sua primeira apresentação no âmbito do mercado. --

----- Quanto ao próximo número da revista, ela tinha uma periodicidade quadrimestral, como fora anunciado em devido tempo, e estavam a ponderar empurrá-la um pouco mais para a frente no calendário para que pudesse ter já uma edição especial relativa ao Lisbonweek 2015, com a programação do evento que seria em abril. Queriam aproveitar essa possibilidade e fazê-la num formato ligeiramente diferente, com a participação da ACTU, que era a associação produtora do Lisbonweek. Não sabia dar mais detalhes porque ainda estavam em reuniões para decidir vários aspetos da revista. -----

----- Quanto à escolinha de ciclismo, os próximos passos eram para concluir a escolinha de ciclismo na Teixeira de Pascoais, o que já estava perto do fim, se não tinha já terminado mesmo. Seria objeto de uma avaliação do ponto de vista dos seus resultados e dos custos e decidir relativamente ao seu alargamento às escolas que não foram

envolvidas nesse ano letivo. Assim que houvesse notícias relativamente a essa matéria, teria todo o gosto em levá-las à Assembleia. -----

----- Disse que o Membro Diogo Bastos diagnosticava bem. Esperava que as duas alternativas fossem válidas para a questão do site. Vinha-se fazendo uma utilização do site no sentido de publicar aquilo que parecia decisivo, designadamente as convocatórias das Assembleias de Freguesia e alguns aspetos mais importantes da atividade. Ele não estava totalmente inativo e, mesmo indicando como em construção, tinha uma funcionalidade elementar e resolvendo situações mais emergentes da comunicação da Junta de Freguesia. -----

----- Sucedera que o fornecedor escolhido para a elaboração do site não tinha dado a resposta adequada, a Fresoft, com quem trabalhava a Junta de Freguesia de São João de Brito em termos de ERP e com a qual a Junta de Freguesia de Alvalade continuava a trabalhar em termos de ERP e continuaria, porque a esse nível não tinha havido dificuldades de maior. Em relação ao site a prestação não tinha sido satisfatória, foram ultrapassados os prazos de execução que estavam contratados, o trabalho por parte da Junta de Freguesia estava concluído, todo o levantamento da informação, e optara-se por não permitir que uma relação contratual que não tinha começado da melhor maneira se perpetuasse com o site no ar, porque o prejuízo para a Freguesia seria no médio e longo prazo muito pior do que se escolhessem um novo fornecedor. -----

----- Tinham decidido fazê-lo apenas no âmbito do Orçamento de 2015 e esperar pela aprovação do Orçamento que estava submetido à Assembleia, para consultar novamente o mercado e encontrar outros fornecedores que dessem uma resposta mais adequada àquilo que era a vontade da Junta. -----

----- De facto tinha havido percalços, foram resolvidos com firmeza e com determinação, fora redefinida a estratégia e seriam lançados os procedimentos competentes no início de 2015 e certamente que em 2015 o site iria para o ar. Todo o trabalho realizado pela Junta não se perdia, estava depositado e seria muito rápido que se faria. -----

----- O que não queriam era um site qualquer e o caminho que estavam a encetar de relacionamento com aquele fornecedor em concreto não estava a conduzir aos resultados desejados e tinha sido amigavelmente que se fizera cessar essa relação contratual. Estava-se à procura de outros fornecedores para esse efeito. -----

----- Quanto às questões do Membro Francisco Bento, duas surpresas, como já era apanágio dessa amigável troca de impressões na Assembleia de Freguesia. A primeira surpresa era não haver uma correspondência do ponto de vista das ocorrências registadas, quer do ponto de vista de software de registo de ocorrências, quer através dos mecanismos normais de reclamação, relativamente a essa lomba em concreto. -----

----- Diria, sem qualquer acrimónia e com um apontamento de humor, que essa era a lomba de eleição do Membro Francisco Bento mas não de muito mais gente e convidava-o a juntar-se aos esforços no sentido dessa lomba ser corrigida através da utilização do site “Na minha rua”, porque tinha a convicção que os serviços do Município de Lisboa reagiam tanto mais rapidamente quanto maior fosse o número de ocorrências registadas para um determinado evento. Se juntasse nessa diligência seria muito bem vindo e tentariam que essa lomba fosse fresada, sem que houvesse incidentes como aqueles que referia e que a Junta não tinha registo de nenhum. Não era de poucos, era de nenhum. -----

----- Quanto a contas, aí já era um problema de outra ordem. Se alguém enviasse a conta do que quer que fosse relativo a essa lomba para a Junta de Freguesia, a pessoa seria informada nos termos do Código de Procedimento Administrativo de ter instruído requerimento a um órgão incompetente, designadamente a uma outra pessoa coletiva

pública. A Junta não tinha juridicamente sequer o dever de o encaminhar para o Município, mas fazia-o com todo o gosto, substituindo-se ao particular, como sempre o tinha feito, no encaminhamento para quem tinha efetivamente a responsabilidade por uma obra que era sua.-----

----- Tinha passado nessa lomba nesse dia, antecipando que iam ter essa conversa, e no seu carro não se notava tanto porque o eixo era de um carro mais de cidade, mas admitia que um carro maior fosse um pouco mais problemático.-----

----- Pensava que iriam chegar a bom porto. Tinha havido dificuldades, imaginava que ligadas ao problema da garantia de obra do empreiteiro, que faziam com que a intervenção do Município não tivesse sido feita por meios próprios. Não tinha informação definitiva sobre essa matéria, mas estimava que o Município estivesse a procurar que a correção dessa passadeira fosse feita no âmbito da garantia de obra daquela empreitada, cujo prazo ainda não tinha sido ultrapassado. Continuariam a acompanhar essa questão.-----

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para a celebração do contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados familiares;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta deveria ser do conhecimento de todos os que tivessem tido alguma intervenção autárquica no contexto da cidade nos últimos anos, porque não era um programa novo e já ia de trás. As extintas Juntas de Freguesia de Alvalade e Campo Grande eram subscritoras do protocolo do Fundo de Emergência Social no passado. A Assembleia Municipal tinha aprovado esse protocolo e a autorização para a sua celebração do Município de Lisboa com as Freguesias e era com grande agrado que o levava à Assembleia de Freguesia, de maneira a poderem subscrevê-lo e ter mais uma ferramenta institucionalizada de apoio de emergência social a beneficiários no território da Freguesia de Alvalade.-----

----- **Membro Joana Medeiro (PS)** disse que a bancada do PS queria salientar a importância da celebração do contrato de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Alvalade no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa. Com a sua relevância no âmbito do apoio às IPSS na área da infância e dos idosos, que representavam cada vez mais uma maior procura, e em especial no apoio aos agregados familiares carenciados em situação de emergência habitacional grave, que eram cada vez mais recorrentes no contexto da crise que era nacional.-----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que, infelizmente, nos últimos anos vinham a assistir a elevadas taxas de desemprego que conduziam a uma degradação social inevitável. Apesar de se estar a viver num momento em que havia uma viragem na economia nacional, que já ia dando sinais muito positivos e consistentes de crescimento, em que a própria taxa de desemprego tinha vindo a descer, entendia que esse instrumento era fundamental. Aliás, o PSD sempre fora favorável ao reforço de verbas que era atribuído. Portanto, naturalmente que o PSD era favorável à assinatura do protocolo por parte da Junta de Freguesia de Alvalade.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **proposta de autorização para a celebração do contrato de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa para a Junta de Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados familiares**, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por unanimidade. ----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2015. 3.1 – Linhas de desenvolvimento estratégico; 3.2 – PPI; 3.3**

– Orçamento de receita; 3.4 – Orçamento de despesa; 3.5 – Mapa de Pessoal; 3.6 – Autorização prévia para assunção de compromissos Plurianuais;-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que falaria rem conjunto de todos os subpontos que estavam devidamente discriminados, porquanto eles se relacionavam entre si e uma compreensão completa do que eles representavam só podia fazer-se em conjunto. -----

----- As linhas de desenvolvimento estratégico tinham seguido um modelo muito próximo das que tinham sido apresentadas no ano anterior. Furtaram-se a descrever aquilo que parecia ser meramente gestão corrente e colocaram aquilo que efetivamente era estratégico e que merecia um destaque especial. Eram as três grandes dimensões de estratégia que estavam representadas, quais fossem: -----

----- Concluir os aspetos da reorganização administrativa da Cidade de Lisboa que ainda não tivessem sido concluídos até à data, designadamente as competências relativas ao licenciamento, que ainda não tinham transitado do Município para as Freguesias; -----

----- A melhoria do nível de serviço prestado aos cidadãos, quer nos setores que já eram tradicionalmente da competência das Juntas de Freguesia, quer nos setores recentemente acolhidos no âmbito da reorganização administrativa; -----

----- A modernização administrativa e procedimentos, que já se vinha encetando no passado e que se pretendia continuar doravante.-----

----- No domínio da administração autárquica isso refletir-se-ia, como discutiram na última Assembleia de Freguesia, no lançamento dos procedimentos concursais tendentes ao preenchimento das vagas sobranes no mapa de pessoal da Freguesia, bem como os procedimentos que viessem a ser necessários para o seu provimento provisório na dependência dos referidos concursos, e na implementação de um sistema de gestão de contactos do tipo *client relationship manager* para modernizar o atendimento da Junta de Freguesia. -----

----- Na manutenção de espaços verdes, dar cumprimento às delegações de competências aprovadas pela Assembleia de Freguesia e pelo Município de Lisboa e os seus órgãos.-----

----- Proceder à colocação das placas toponímicas nas ruas da Cidade Universitária. Isso podia parecer uma competência de gestão corrente, mas nesse caso em concreto dessa porção de território não era, uma vez que havia um atraso significativo na colocação de placas toponímicas em ruas que entretanto foram efetivamente batizadas. Por circunstância naquela zona da cidade tinha havido a felicidade da Comissão Municipal de Toponímia atribuir topónimos que homenageavam pessoas ligadas a áreas do saber e à própria Universidade. Isso também tinha uma componente de memória e de cultura para além do próprio descerramento de uma determinada placa e era isso que procurariam fazer. -----

----- Lançar o procedimento concursal tendente à contratação dos serviços de manutenção do espaço público e equipamentos. À semelhança do que nesse ano se fizera em relação aos espaços verdes, no próximo ano fariam para as restantes áreas de manutenção, de maneira a terem modelos de gestão de espaço público com capacidade para melhorar o nível de serviço. -----

----- Acompanhar a intervenção que a EMEL e a Unidade de Intervenção Territorial Centro da CML planeavam nos logradouros do Bairro das Caixas. -----

----- Disse que anunciava com grande alegria que finalmente o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e o Município de Lisboa chegaram a acordo relativamente à reversão, que seria a título gratuito, dos terrenos sobranes do Bairro das Caixas para a titularidade do Município. Isso iria dar trabalho, porque teriam que refletir sobre o modelo da sua requalificação e o modelo da sua manutenção, em especial o

problema relativo à atual situação fitossanitária do arvoredado, que nos logradouros traseiros não era dramática porque tinha sido feita uma intervenção no passado, mas nos logradouros dianteiros deixava a desejar. -----

----- Em relação à higiene e limpeza urbana, iriam concluir a implementação do sistema de gestão da qualidade. Em princípio estariam em condições de ter a auditoria externa do sistema durante o mês de janeiro e iriam concluir o programa de reequipamento do serviço que estava previsto já no Orçamento passado, mas por razões evidentes da instalação da reorganização administrativa não fora possível concluir. Haveria ainda equipamento que entrava ao serviço da Junta de Freguesia durante o ano, mas havia outro equipamento, designadamente equipamento de grande dimensão, que necessitava de tramitar por concurso público e que, tendo sido priorizados os espaços verdes, seria feito no próximo ano. -----

----- A Junta tencionava recolher as competências relativas ao licenciamento quando isso fosse definido para o contexto da cidade. -----

----- Concluiria o levantamento relativo às possibilidades de requalificação do Mercado de Alvalade Norte. -----

----- Seria realizada a discussão pública relativa aos distintos projetos já existentes, ao todo eram sete, de requalificação do Mercado de Alvalade Sul. Pretendiam fazê-lo através de um procedimento participativo. -----

----- Seria concluída a elaboração de um plano local de emergência. -----

----- Seria concluída a Comissão Social de Freguesia ainda durante o ano e desenvolver a sua atividade durante o próximo ano, o que lhe parecia que seria feito com grande sucesso, atenta a grande dimensão e afluência na sessão de sensibilização à população. -

----- Continuariam as ações de literacia financeira que já tinham sido iniciadas. -----

----- A Junta continuaria a empenhar-se, como até ao momento, no Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar. Acabara de aderir ao Fundo de Emergência Social de Lisboa e, portanto, isso também era uma linha estratégica da atividade do próximo ano. -----

----- Seriam integradas ações do primeiro Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género. -----

----- Seria reforçado o nível de atividade ligado à saúde e à promoção do envelhecimento ativo e saudável, bem assim de comportamentos e estilos de vida saudáveis, que vinha sendo uma preocupação do Executivo. -----

----- Ao nível do desporto e da educação, continuariam a assegurar a natação curricular e avaliar a possibilidade do alargamento do ensino curricular da utilização de bicicleta, continuar o programa de férias desportivas “Mexa-te com Alvalade” e alargá-lo a outras faixas etárias com o “Mexa-se em Alvalade”. -----

----- Na cultura e comunicação, colocar no ar finalmente o sítio eletrónico da Freguesia e de grande dimensão teriam a coprodução com a ACTU e com a CML do Lisbonweek 2015. -----

----- Em relação ao Plano Plurianual de investimentos, que também integrava as Opções do Plano, ele refletia esses investimentos estratégicos, já tinha uma leitura plurianual mais fina, seria devidamente concluído por razões técnicas depois da primeira revisão orçamental mas já tinha o seu volume global definido e, portanto, havia só a questão da afetação das fontes de receita. -----

----- O Orçamento da receita tinha uma vantagem em relação ao passado, de já poder ser elaborada em função do histórico do que tinha sido a execução orçamental. A execução orçamental da receita estava em linha com aquilo que tinha sido orçamentado. -----

----- Quanto ao Orçamento da despesa, queria agradecer os contributos dos partidos da oposição, que no exercício do direito de oposição fizeram um conjunto de sugestões

muito pertinentes para melhorar a qualidade da apresentação do Orçamento, em particular o CDS-PP, que propusera a inclusão de uma rubrica de Fundo Social de Freguesia que complementava o objeto do Fundo de Emergência Social e que tivera acolhimento numa alteração introduzida no momento da aprovação do Orçamento pelo Executivo, e bem assim do PSD, que sugerira maior desagregação das rubricas de “outros”, o que já fora contemplado na apresentação do Orçamento na sua versão final. -

----- No mapa de pessoal havia apenas uma alteração, de colocação de um assistente técnico ao nível do desporto com vista a responder àquilo que fora a definição do desenvolvimento estratégico do setor, designadamente com alguns desafios que a cidade atualmente colocava de participação por exemplo nas Olissipiadas, mas também do ponto de vista da gestão dos equipamentos que tinham sob a responsabilidade e cujo modelo se pretendia rever durante o próximo ano. -----

----- Quanto à autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, já tinha anunciado que iria em conjunto com o Orçamento, quando aprovaram a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais até ao limite de cinco mil euros e cuja diferença, do ponto de vista do seu teor, era apenas alargá-la até ao limite legal admissível para se poder com maior celeridade encetar alguns procedimentos, com o compromisso de em cada informação escrita levar a informação dos compromissos assumidos ao abrigo dessa autorização. -----

----- **Membro Diogo Moura (CDS-PP)** disse que o CDS tinha sido ouvido no exercício do direito de oposição e pudera apresentar pelo segundo ano consecutivo, dessa vez com proveito, a proposta do Fundo Social de Freguesia, tendo sido ela aceite e aprovada pelo Executivo. O Fundo Social de Freguesia pretendia precisamente chegar àqueles casos de carência transitória, a que o Fundo de Emergência Social da Câmara para agregados familiares não chegava. Portanto, registava como positiva essa abertura por parte do Executivo para a proposta. -----

----- Queria que ficasse um compromisso por parte do Executivo de regulamento sobre o Fundo Social de Freguesia. Se não fizessem o CDS podia colaborar e apresentar uma proposta. Um regulamento que espelhasse quais eram as condições de acesso, os critérios de atribuição desses fundos, a monitorização que devia ser feita pela Assembleia de Freguesia, nem que fosse através da Informação Escrita do Presidente de três em três meses, o cruzamento de dados com outras entidades que também prestavam apoio social e, obviamente, a garantia da confidencialidade dos dados dessas pessoas da Freguesia de Alvalade que seriam ajudadas por esse fundo. -----

----- Sobre as linhas de orientação estratégica apresentadas e tendo em conta que foram três grandes objetivos estratégicos, saber mais um pouco sobre o que a Junta pretendia fazer na área da cultura. Estava no ponto da cultura e comunicação e era muito parco, ou quase inexistente, falava apenas na questão do site. Gostaria que o Executivo esclarecesse. -----

----- Uma dúvida que tinha vindo a público através da comunicação social, através de uma denúncia, se assim se podia dizer no caso de ser verídica, por parte do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa sobre os trabalhadores que estavam afetos ao complexo desportivo municipal de São João de Brito. Gostaria de saber se a gestão do complexo tinha passado para a Junta de Freguesia, se os dois trabalhadores que faziam parte do quadro específico desse complexo passaram para a Junta de Freguesia e saber se a preocupação do sindicato tinha alguma razão de ser. -----

----- Como sabiam, aquele espaço municipal tinha sido alvo, através do Orçamento Participativo, de uma afetação a um futuro campo de rãguebi. Ele seria entregue a uma entidade privada e, portanto, gostaria de saber o que iria acontecer com esses funcionários. Tendo sido transferidos para a Junta de Freguesia com um determinado

propósito, que era o de se manterem naquele complexo desportivo municipal, saber o que seria feito do futuro desses funcionários. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que gostava só de fazer uma referência à questão do Bairro das Caixas e dos logradouros. -----

----- Felizmente o bom senso tinha imperado e de facto teriam a cedência do logradouro do Bairro das Caixas em prol do Município e tendo em conta as várias valências que podiam ser ali implementadas, tendo em conta até as carências que aquela zona tinha ao nível do estacionamento, parecia pertinente que pudesse ser lançada uma discussão pública e uma consulta pública daquilo que poderia ser feito naquele espaço. -----

----- Todo esse processo deveria ser célere, porque havia ali alguns locais com graves problemas de proteção civil e que tinham de ser tratados o mais depressa possível. -----

----- Tendo em conta que o Executivo gostava de fazer participações públicas e consultas públicas, parecia que no Bairro das Caixas seria importante que se implementasse. -----

----- **Membro Francisco Bento (PSD)** disse que tinha duas perguntas muito dirigidas para esclarecimentos sobre o orçamento de despesa. -----

----- Relativamente ao orçamento de despesa da administração autárquica, “pessoal em regime de tarefa ou avença” tinha um valor de 29 mil euros. Gostava de saber quantas pessoas estavam afetadas a esse regime para a administração autárquica. -----

----- Havia outra semelhante mas na cultura e coletividades, em que o “pessoal em regime de tarefa ou avença” tinha um valor substancialmente superior. Perguntou quantas pessoas estavam envolvidas e que tipo de função iriam exercer em 2015. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que queria salientar nas linhas de desenvolvimento estratégico a atenção dada à captação de recursos humanos, porque Alvalade era atualmente uma Freguesia com cerca de 30 mil fregueses e carecia de uma administração ágil. -----

----- Gostaria de salientar também a prioridade demonstrada pelo Executivo relativamente aos mercados de Alvalade Sul e Alvalade Norte, porque era também uma prioridade da população com muitos anos. Mais uma vez o Executivo respondia aos anseios da população. -----

----- Ao nível da ação social, referir o desenvolvimento da Comissão Social de Freguesia, cujo pontapé de saída tinha sido dado na semana anterior. Nesse aspeto queria saudar o Senhor Presidente e a Senhora Vogal responsável pela ação social, a Doutora Rosa Lourenço, não só pela afluência que acontecera, mas também porque fora possível observar já um pequeno funcionamento da Comissão Social de Freguesia, com a intervenção dos vários representantes das instituições e onde demonstraram de imediato o que tinham para oferecer e até estabeleceram algumas pontes. Por isso queria saudar o Executivo. -----

----- Finalmente, gostaria de salientar a transversalidade relativamente à atuação com a Câmara Municipal de Lisboa. Pelo que observava, a relação era muito boa e frutuosa para os residentes de Alvalade e era desejo que assim continuasse. -----

----- **Membro João Morais (BE)** perguntou, em relação ao valor para as áreas sociais na proposta de Orçamento, se já havia um trabalho relativamente à situação económico-social da Freguesia, designadamente das situações de carência económica, como por exemplo o número de desempregados que não recebiam qualquer tipo de subsídio de desemprego, ou o número de idosos que residiam sozinhos e com poucos rendimentos, ou a situação de crianças que eventualmente estivessem numa situação de carência e risco. -----

----- Havia um valor de cerca de 4% dedicado à ação social e às questões sociais, que parecia insuficiente e que não correspondia às necessidades no contexto atual, um contexto de emergência social. -----

----- Aproveitava para fazer um pedido de desculpa ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, mas tinha interpretado as palavras do Senhor Presidente da Assembleia quando dissera que ia dar a palavra ao público e aos intervenientes. Tinha sido uma interpretação errada sua e o seu objetivo nunca fora utilizar qualquer tipo de expediente, porque não havia necessidade disso. -----

----- **Membro Mariana Teixeira (PSD)** disse que gostava ainda que lhe fossem esclarecidas algumas dúvidas em relação ao orçamento da despesa. -----

----- Começava por enfatizar o facto de ver o peso gigantesco dos salários no Orçamento, algo que até então não existia e que lhe deixava algumas reservas. -----

----- No orçamento da despesa uma soma relativamente avultada, na ordem de mais de 70 mil euros, que já sabia ser para o aluguer de um espaço para a colocação de funcionários e de serviços da Junta de Freguesia, nomeadamente ali no segundo andar. Era com alguma estranheza que via que se tomasse essa decisão, porque a Assembleia de Freguesia tinha feito cedência de espaços muito significativos das anteriores Juntas de Freguesia e não sendo esses espaços capazes de acolher os serviços sem precisarem de algum tipo de intervenção, parecia que o que era gasto num ano de aluguer era uma soma bastante avultada e que parecia mal investida. -----

----- Por comparação, a rubrica de despesas com escolas era na ordem dos 30 mil euros. Sabendo-se que havia alguns problemas graves em algumas das escolas, nomeadamente a necessidade de instalações sanitárias, até da criação de espaços de lazer durante a época da chuva, que infelizmente tinha cada vez mais dias nos últimos anos, sendo obras necessárias e urgentes, parecia muito curto aquilo que estava contemplado no Orçamento. -----

----- Tinha-se falado muito nos mercados de Alvalade, Sul e Norte, e gostava de perceber o que é que dependia que a solução do Mercado de Alvalade Sul visse a luz do dia. Era do conhecimento dos autarcas que a própria Câmara Municipal, até haver a delegação de competências, tinha três projetos diferentes para o Mercado de Alvalade Sul e não se percebia, sendo um bastião do Executivo, como ainda não tinha nascido. Se houvesse esse interesse, a coisa já estaria um pouco diferente que não promover a discussão pública. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, referindo-se à intervenção do Membro Diogo Moura, disse que o Executivo estava perfeitamente disponível para continuar a dialogar no sentido do regulamento para aplicação do programa Fundo Social de Freguesia. A situação essencial colocava-se exatamente na dicotomia que identificara, do cruzamento de dados entre instituições e a confidencialidade dos beneficiários. Essa era a tarefa mais difícil relativamente ao levantamento de situações na área social, porque algumas instituições já tinham levantamentos muito finos relativamente aos seus utentes e a outras pessoas visitadas no âmbito de programas mais abrangentes e eram relutantes em partilhar alguns desses dados, no sentido de melhorar o nível de identificação de situações emergentes de carência social. -----

----- Era feito um trabalho de partilha, quer com a Santa Casa da Misericórdia, quer com o Regimento de Sapadores Bombeiros, quer com a Polícia de Segurança Pública, no sentido de ajudarem a concluir o efetivo diagnóstico da situação, designadamente em termos de pobreza envergonhada, que era a mais difícil de combater. -----

----- Verificava-se que as instituições mais capazes nesse domínio no momento eram a PSP e o Regimento de Sapadores Bombeiros. Talvez a circunstância de haver um fardamento, uma figura de autoridade perfeitamente identificada, conseguisse penetrar

algumas barreiras que outro tipo de intervenção mais ligada à assistência social propriamente dita não tivesse conseguido ultrapassar.-----

----- Era uma coisa que se vinha acompanhando com preocupação e interesse e continuariam a fazê-lo, no sentido de continuar a melhorar no contexto da Comissão Social de Freguesia a capacidade de compreender com verdadeira finura a malha, quer de carências, quer de oferta de respostas ao nível social.-----

----- Quanto à cultura e comunicação, o que estava posto era o estratégico. Não menorizassem o Lisbonweek, que seria uma grande intervenção do ponto de vista cultural na Freguesia de Alvalade e era estratégico ao ponto de quererem aproveitar a oportunidade para que perdurasse no futuro, com várias marcas, mas acima de tudo demonstrando Alvalade como uma centralidade cultural da cidade para um tipo de frequência ligeiramente diferente da afluência turístico-cultural habitual. -----

----- O que havia para mostrar era património cultural edificado. Não havia conventos, mas tinham arquitetura do auge do modernismo português, tinham urbanismo, tinham grandes equipamento até museológicos. -----

----- Era curioso que a crítica feita era a que o BE tinha feito no ano anterior, os extremos do espectro político por vezes tinham essa tendência para se encontrarem a meio, mas o Executivo não devia nada em termos de programação cultural. Não apenas mantivera toda a iniciativa, nalguns setores muito boa, que era oferecida por algumas das extintas Juntas, como tinha feito intervenções de grande vulto do ponto de vista da cultura, a maior parte das quais estavam na Informação Escrita e que era a última do ano. -----

----- Era natural que algumas coisas que demoraram a preparar tivessem encontrado a sua realização nesse período do ano e não era por não qualificarem de estratégico e não integrarem nas linhas de desenvolvimento estratégico das Opções do Plano que significava não o fazerem. Pelo contrário, o que significava era que consideravam a oferta cultural de tal forma essencial e basilar da atividade da Junta de Freguesia que não deviam considerá-la como estratégica e sim como corrente na atividade.-----

----- Quanto aos funcionários do complexo desportivo municipal de São João de Brito, tinham passado para a Junta de Freguesia, depois disso fora assinado um protocolo de delegação de competências e depois disso fora encetada a negociação do modelo de gestão do complexo, que seria um modelo partilhado mas em que a posição da Junta no momento era de não abraçar de uma forma permanente encargos com fornecimentos e serviços essenciais ou com remunerações certas e permanentes se viessem a facultar a totalidade da receita ao Clube de Râguebi de São Miguel, que era uma associação sem fins lucrativos e que partilharia com a Junta a responsabilidade da gestão do complexo, o que parecia da mais elementar boa gestão. -----

----- Se houvesse transferência de grau da receita tinha que haver transferência integral da despesa, salvo se houvesse candidaturas a apoios e outras metodologias, ou mesmo uma espécie de disposições transitórias que aguardassem o crescimento da ocupação do equipamento no sentido de autonomia financeira da sua gestão que não fizesse essa transferência imediatamente, mas isso estava ainda em aberto. -----

----- A preocupação do STML na última reunião de Câmara divergia da reunião que o STML tivera na Junta de Alvalade. Ela não se centrava na preocupação com aqueles trabalhadores, mas com outro tipo de agenda que o STML pudesse ter e que desconhecia qual fosse.-----

----- A resposta que dava era a mesma que tinha dado à comunicação social. Em primeiro lugar seria respeitado o vínculo de emprego público com aqueles trabalhadores e o que se fizesse seria de uma forma dialogada. Até aí tinha-se avaliado a possibilidade de aqueles trabalhadores serem colocados em tarefas diferentes na sua categoria e até ao

momento não se tinham encontrado soluções satisfatórias. O processo estava em aberto, mas estava a ser acompanhado com toda a tranquilidade e não se via que houvesse aí qualquer espécie de situação. Tinha havido era uma confusão dessa com outras situações noutros lugares da cidade que porventura contaminaram uma discussão serena a propósito de uma situação perfeitamente tranquila e sem qualquer episódio, nem com os trabalhadores, nem com o sindicato, que tinha sido recebido na Junta de Alvalade com toda a cordialidade que essas relações mereciam, onde esse assunto fora abordado e onde havia até convergência com algumas posições do sindicato.-----

----- Disse que na administração autárquica estavam duas pessoas nas avenças. Na cultura estavam 22, todas elas já prestavam serviços às extintas Juntas, porque eram essencialmente os monitores que vinham dos programas de Envelhecimento Ativo e Saudável. Não havia ninguém novo nesse domínio. Na administração autárquica também um era prestador da Junta de Freguesia do Campo Grande, já aí fazia consulta jurídica. Da seleção do atual Executivo naquela rubrica só havia uma única pessoa.-----

----- Comentou que o diagnóstico dos temas da ação social era sempre um trabalho em curso. A Junta já tinha alguns reflexos da articulação que fizera com as entidades que aceitaram começar o caminho que iria conduzir à criação e uma Comissão Social de Freguesia e havia já uma noção mais fina do que era a realidade da Freguesia.-----

----- Tinham um problema que porventura noutras Freguesias não existia, que era o problema da pobreza envergonhada resultante daquilo que fora a evolução histórica das condições de vida da população. As pessoas tinham muito mais reserva em mostrar as suas dificuldades porquanto viveram uma vida desafogada no passado. Isso colocava alguns problemas suplementares na abordagem, mas estavam a conseguir quebrar barreiras que pareciam importantes.-----

----- Era com base nesses resultados que se dimensionava o orçamento da ação social. Podia parecer pouco, mas era uma mera crença. Era o orçamento que se entendia satisfazer as necessidades do próximo ano, era um orçamento reforçado em relação ao do ano anterior e o ser muito ou pouco, tinha que ser comparado com alguma coisa. Podia ser comparado com outras rubricas do Orçamento e se comparado com a higiene urbana parecia pouco, porque a higiene urbana tinha as remunerações certas e permanentes que tinha, tinha os custos de manutenção que tinha, ou podia ser comparado com orçamentos históricos do que era a atividade da Junta de Freguesia e essa comparação podia porventura ter interesse.-----

----- Havia uma coisa que era primordial considerar. Em primeiro lugar no orçamento da ação social não era apresentado aquilo que era relativo ao Envelhecimento Ativo e Saudável e ao antigo Praia-Campo, ao contrário do passado. Esse orçamento estava na cultura, porquanto era analisado como intervenção de animação sociocultural, embora tivesse uma margem de impacto ao nível também da ação social. Portanto, expurgando o orçamento agregado das extintas Juntas desses elementos relativos à ação social, podia dizer que o resultado no ano 2013 era de 70.500 euros e não tinha havido uma única transferência de competências do Município de Lisboa para as Freguesias da cidade em matéria de ação social de uma forma permanente que não fosse já delegada no passado. Isso representava um aumento de 290% do orçamento para esse conjunto de tarefas. ----

----- Era evidente que depois havia um conjunto de custos de estrutura que as extintas Juntas não tinham e que a atual tinha, mas que também configurava uma intervenção concreta, porque uma capacidade de intervenção instalada na Freguesia era também um pressuposto de uma resposta adequada da ação social.-----

----- Mesmo do ponto de vista da percentagem sobre o Orçamento de 2015, havia um crescimento de quase 1% em comparação com o Orçamento de 2013 e, portanto, quando se faziam comparações desse género tinham que saber o que estavam a

comparar, porque quando se comparavam “alhos com bugalhos” havia sempre mais três letras e não parecia que fosse um exercício com pressupostos até válidos para fazer essa comparação.-----

----- Relativamente ao Bairro das Caixas, se o bom senso imperara, podia dizer que aí tinham uma discordância, como teriam várias ao longo das respostas que ia dar, mas era normal. Se havia bom senso por ter mudado a tutela, só se podia lamentar que o bom senso tivesse demorado três anos a constituir-se, porque antes da mudança de tutela estivera-se muito perto de chegar a um acordo e quem o dizia eram os Vereadores que estiveram envolvidos nessa matéria. Esse acordo tinha sido alcançado em 2009 e podiam discutir quem estava no poder nos últimos 60 anos em que esse relatório estivera em discussão. Se era para contar a duração, ninguém ficaria bem nessa fotografia.-----

----- O que estava a dizer era que o bom senso tinha sido o de recuperar um acordo que estivera quase a ser firmado e que, se atrasara, era por responsabilidade da tutela anterior.-----

----- Quanto à urgência, também achava que muita coisa era urgente, mas essa urgência tinha que ser faseada de acordo com as prioridades. Era diferente fazer uma limpeza daquilo que tinha que ser limpo, uma manutenção fitossanitária adequada daquilo que tinha que ser mantido e que apresentasse perigo para a segurança de pessoas e bens e acima de tudo diminuir a carga térmica daqueles logradouros muito rapidamente.-----

----- Fazer requalificação em urgência era no mundo ideal, mas não no mundo em que viviam. Nem a Freguesia se podia abalançar a semelhante coisa, nem o Município tinha provavelmente disponibilidade orçamental para tudo quanto seria necessário, para pegar naquela área que era grande no seu conjunto e fazer a intervenção que era merecida, até porque provavelmente ia debater-se com problemas de vária ordem e não só orçamentais, mas também jurídicos relativos às operações ilegais que aqueles terrenos sofreram.-----

----- Não era com urgência que se tinha que fazer esse processo, era com inteligência e com a ponderação que fosse devida e exigível. Havia um processo que já se discutira publicamente e tinha pena que a Membro Mariana Teixeira não tivesse tido oportunidade de participar, mas já tinha sido discutido em casa cheia na Associação de Moradores o projeto, que aliás era do conhecimento do Membro Valdemar Salgado, com alterações que entretanto sofrera, mas grosso modo já era do seu conhecimento ao tempo em que era Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande. Tinha havido alterações muito profundas, designadamente não se fazer aproveitamento de estacionamento de logradouros com pavimentos betuminosos e sim com pavimentos permeáveis, não apenas por razões de drenagem desses territórios, mas também de manutenção de uma certa dimensão verde, para não ser uma coisa só de alcatrão.-----

----- Tinham sido selecionados os logradouros que teriam maior capacidade de acolher estacionamento e estava em ligação com um projeto de tarifação e estacionamento para residentes também na via pública, que na sua opinião iria ter grande impacto. Entretanto o estacionamento dos logradouros não seria tarifado e, pelo contrário, evoluira-se na discussão pública para ser estacionamento reservado a residentes, para compensar alguma da remoção do estacionamento ilegal que seria feita ao tarifar nas ruas de atravessamento.-----

----- A discussão pública já tinha sido feita e isso tinha sido divulgado publicamente. Na verdade, a Membro Mariana Teixeira chegava tarde a essa discussão e era pena, mas mais valia tarde que nunca. A discussão já fora amadurecida com a população, que reagira com grande agrado a essa iniciativa.-----

----- A Membro Mariana Teixeira tinha uma grande preocupação relativamente ao peso dos salários. Imaginava que em determinado tipo de organizações uma ordem de grandeza de quarenta e muitos por cento dos salários no global do Orçamento pudesse ser uma preocupação, mas essas discussões não eram também isoladas. Para haver preocupação relativamente ao peso dos salários no Orçamento da Junta de Freguesia era preciso verificar a natureza das atividades prestadas pelos trabalhadores em relação com a natureza das atividades que o legislador incumbira a Junta de Freguesia de realizar. ---

----- Era natural em setores muito volumosos de pessoal, com mão-de-obra intensiva, como era o caso da higiene urbana, que o peso dos salários tivesse muito significado, porque os salários eram quase tudo naquilo que era a atividade desse setor. Da mesma maneira que noutros setores de suporte, uma vez que a Junta de Freguesia tinha uma atividade comparável à dos serviços, estavam a atender população e por aí fora, também era natural que o peso dos salários fosse grande. O que era importante era comparar e ver se o peso dos salários no Orçamento seria desproporcionado com outras entidades do mesmo género, designadamente as restantes Juntas de Freguesia da cidade. A comparação com as Juntas de Freguesia do restante território nacional podia não ser tão fina, porque as atividades que desenvolviam eram diferentes. -----

----- Comparado com os orçamentos das restantes Juntas de Freguesia da cidade, o que era o peso dos salários na Junta de Freguesia de Alvalade estava perfeitamente em linha. O peso dos salários na estrutura da Junta de Freguesia era o adequado às atividades que a Junta de Freguesia de Alvalade tinha para prosseguir junto da população. -----

----- O que não faziam era diminuir rubricas relativas a despesas com pessoal para depois, artificialmente, ter essas rubricas baixinhas e ter outro tipo de consumos intermédios muito altos, como acontecera aliás no desenvolvimento do Orçamento Geral do Estado nos últimos anos. As chamadas “gorduras do Estado” engordaram na mesma proporção da redução dos custos com pessoal. Tirava-se a funcionários com vínculo de emprego público para depois contratar fornecimentos e serviços externos no setor privado. Isso podia ser uma visão ideológica da administração pública, cada um tinha a sua e os eleitores escolheram o atual Executivo, que organizava os serviços dessa maneira. Quando chegasse o momento de merecerem a confiança dos cidadãos, agiriam como entendessem e se implementassem essa estratégia no contexto orçamental da Junta de Freguesia teriam a oposição quanto a essa matéria. Como o PS não estava na oposição, era assim que escolhia organizar a composição da estrutura da Junta de Freguesia. -----

----- Em relação à questão do arrendamento, em que estavam 68477, 16 euros na tal rubrica de encargos com instalações estavam quatro edifícios. Havia 4877 euros que estavam para outros equipamentos, dois dos quais já tinham oneração nas extintas Juntas, designadamente o Espaço Sénior da Rua de Entrecampos e um direito de superfície no Largo Machado de Assis. Também havia o arrendamento de um espaço de loja às cooperativas Unidade do Povo e 25 de Abril no Bairro FONSECAS e Calçada para a instalação de um posto de atendimento, cuja obra já estava concluída, que estava a ser equipado e abriria para aquela população. -----

----- Era absolutamente imperioso compreender que essa dimensão de serviço à população estava aí também colocada. -----

----- Depois havia duas opções em presença. Primeiro assegurar a eficiência do ponto de vista da gestão dos serviços, agregando todos os serviços de suporte no mesmo edifício para se perderem alguns desperdícios, para se ganhar eficiência. Eram regras da boa gestão assegurar a concentração dos serviços junto aos responsáveis pela decisão. Isso podia ser feito mais à frente, quando o Município de Lisboa libertasse um edifício para esse efeito. O compromisso que o Município tinha era no quadro de um ano, mas a

Junta tivera a opção de não esperar pelo Município, indo à procura de instalações com que rapidamente conseguisse agregar a totalidade dos serviços. Não havia grandes alternativas que não fosse ir à procura de instalações próximas ou no mesmo edifício, que era o caso. -----

----- Tinha havido uma negociação longa, a primeira proposta feita era de aquisição daquela fração, o proprietário assim não o desejara e, não querendo prolongar isso para 2016, durante um ano concentrariam ali os serviços para ganhar eficácia e porque precisavam de espaço para esses procedimentos que ainda faltavam realizar, designadamente para o preenchimento global do mapa de pessoal. -----

----- Intuíra das palavras da Membro Mariana Teixeira, embora não o tivesse dito com clareza e corrigiria se estivesse a interpretar abusivamente, que achava que qualquer um dos outros edifícios ao serviço da Junta tinha aptidão para instalar serviços, com alterações que fossem introduzidas. Essa era a segunda divergência nesse contexto das instalações, porque na ótica do Executivo não havia nenhum edifício ao serviço da Junta de Freguesia de Alvalade que em si contivesse a aptidão funcional para instalar todos os serviços de suporte da Freguesia, nem o da Ernesto Vasconcelos, nem o da Teixeira de Pascoais. -----

----- No caso especial do edifício da Teixeira de Pascoais teriam que mutilar um espaço de auditório para fazer o acolhimento de serviços. Na opinião do Executivo, sendo naturalmente discutível, era um crime de lesa cultura. No momento estava a ser fruído e a ter impacto muito local naquele bairro. Convidava a perguntar aos comerciantes locais o que achavam de ter ido para lá um coro com 80 vozes, com dois ensaios por semana, atividades de diversa ordem que já estavam a suceder, além de outras que ainda seriam lançadas. A população daquele bairro diria o que era a ideia feliz de, em vez colocar naquele edifício funcionários sentados à secretária, ter-se aberto a políticas com verdadeiro impacto para a população, quais fossem uma creche e um espaço vocacionado para a cultura. -----

----- Era evidente que todas as escolhas seriam discutíveis, mas para o Executivo, daquilo que se poupava do Orçamento de 2014 relativamente a encargos com instalações, que era muito, tinha sido possível canalizar verba suficiente para essa estratégia intermédia de arrendar um espaço para em muito curto prazo instalar a globalidade dos serviços, sem ter que remover à fruição da população edifícios que deviam estar ao seu serviço. -----

----- Era essa a escolha que se fizera e viviam muito confortavelmente com ela. A Membro Mariana Teixeira dizia que era muito dinheiro, mas ficava satisfeito que tivessem uma discordância firme apenas relativamente a 1,2% do Orçamento, de onde resultava que relativamente aos restantes 98,8% não havia divergências de maior. Estavam razoavelmente convergentes, salvo nas margens. -----

----- Não se confundisse o orçamento das escolas com aquilo que ele não era. O orçamento das escolas respeitava ao exercício das competências que foram transferidas e a Junta não se substituiria ao Município de Lisboa naquilo que eram as suas responsabilidades e que não fossem pequenas reparações. Tudo o que transcendia aquilo que estava atribuído à Freguesia de Alvalade seria competência do Município de Lisboa, quer do ponto de vista das beneficiações que estavam programadas, algumas eram do PIPARU e teriam o calendário mais antecipado, outras não eram e infelizmente as condições orçamentais atuais não eram as mais felizes e não teriam uma reabilitação tão próxima como seria desejável, mas a Junta faria o seu trabalho quanto às instalações, reforçaria onde fosse necessário reforçar o orçamento para esse domínio mas não exerceria competências no sentido de onerar o seu Orçamento com aquilo que não lhe competia. -----

----- A reforma tinha os seus contornos, não iam para além da reforma, para recuperar uma expressão tradicional da política portuguesa, “nós não iremos para além da reforma”, fariam o que lhes competisse e não poriam o Orçamento da Freguesia de Alvalade de forma reiterada e permanente a substituir insuficiências orçamentais de outros organismos da administração pública, como fosse o Município de Lisboa.-----

----- Quanto ao Mercado de Alvalade Sul, perguntavam o que impedia que ele visse a luz do dia. Não devia estar a ver bem o alcance da pergunta, porque quem ouvisse isso pensaria que tinha estado 12 ou 16 anos no poder e não era o caso. O atual Executivo tinha um ano de poder e nesse ano tinha muito orgulho do que fizera e do que fora discutido ao longo de todas as Informações Escritas. No que concernia ao Mercado de Alvalade Sul mais ainda, porque tinha sido o primeiro Executivo da Junta de Freguesia a preocupar-se verdadeiramente e de uma forma sustentada com aquele mercado, o primeiro a procurar fontes alternativas de financiamento e promovendo a inscrição daquele projeto no Orçamento Participativo da CML.-----

----- A proposta já tinha sido introduzida no passado e também por Membros do atual Executivo, ainda não no exercício de funções mas na qualidade de cidadãos. Era o primeiro Executivo que tinha colocado meios da Junta de Freguesia promocionais ao serviço da possibilidade de uma vitória nesse Orçamento Participativo, que felizmente tinha sido bem sucedida. Era o atual Executivo que tinha ido explicar aos comerciantes como haviam de ensinar os seus clientes a votar no projeto 209 e a não os deixarem sair da banca sem votarem através do telemóvel.-----

----- Era o atual Executivo da Junta de Freguesia que conseguira consagrar aquele como um dos projetos que os lisboetas escolheram para ser concretizado na cidade, no âmbito do Orçamento Participativo para 2014. Isso tinha uma importância maior do que as próprias verbas, porque havia muita gente, mesmo ali pelas redondezas, que tudo fizera para obstar a que aquele mercado fosse efetivamente qualificado. Estavam tiradas as teimas, sabia-se o que a população de Lisboa queria relativamente àquele mercado e, portanto, podia haver objeções de quem quer que fosse, mas teriam que se confrontar com aquilo que era o resultado da democracia participativa e o mercado iria mesmo ser feito.-----

----- A Junta queria mais do que isso, porque não importava apenas lançar o Orçamento Participativo para dizer que se fazia. Era muito importante fazer um movimento participativo que para a Membro Mariana Teixeira era importante no que respeitava aos logradouros do Bairro das Caixas, mas para o Executivo era importante em geral, era importante saber como se ia fazer. A partir do momento em que havia sete projetos, três do Arquiteto Duarte Nuno Simões, um de outro Arquiteto que apresentara à Junta de Freguesia muito recentemente, e três de design elaborados pela Unidade de Intervenção Territorial Centro, podiam ser respostas aptas à solução do problema do mercado.-----

----- A Junta não se ia pôr numa torre de marfim a discutir com a Câmara de Lisboa, que até ver seria quem tinha a competência da requalificação, porque era isso que dizia o Regulamento do Orçamento Participativo, salvo se viesse, como era desejo da Junta, se viesse a haver uma delegação de competências na Junta de Freguesia para o executar e era o que se pretendia, mas essa negociação ainda não se tinha iniciado. No entanto, essa intenção da Junta já tinha sido divulgada no âmbito da reunião descentralizada.-----

----- Era discutido com a população o como. De entre os quatro projetos de arquitetura e os três projetos de design, aquilo que efetivamente as pessoas preferiam. Uma requalificação essencialmente orientada para o design das próprias bancas ou uma intervenção mais profunda que permitisse instalar ali outro tipo de valências e que desse uma outra disposição àquele mercado.-----

----- Também não tinha nenhum reboço em dizer que se da discussão pública resultasse qualquer coisa mais ambiciosa do que aqueles 150 mil euros que se ambicionavam no Orçamento Participativo, talvez viessem à Assembleia de Freguesia propor que se investisse um pouco mais. Isso veriam, mas seria de uma forma participada e não do alto de uma torre de marfim ou das iluminadas mentes de quaisquer autarcas circunstanciais que sairia aquilo que, na sua opinião, era um projeto estratégico. Demoraria o que fosse preciso para fazer uma coisa como devia ser, mas não havia nenhum reboço relativamente à forma como se abordara esse tema e como até ao momento só se tinham alcançado vitórias no que a ele dizia respeito. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que não era uma intervenção de substância, era mesmo uma precisão de forma. Na autorização prévia para compromissos plurianuais, na alínea a), onde dizia “Grandes Opções do Plano” devia ser “Opções do Plano”. O conceito que a Lei previa era “Opções do Plano”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a questão era as opções não serem grandes, serem só opções. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2015**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções. --

----- **Membro Tiago Magro (PCP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Os eleitos do PCP assumem a responsabilidade e confiança neles depositados pela população da Freguesia de Alvalade. Por isso, o seu voto favorável perante os documentos provisionais para 2015.* -----

----- *O rigor perante a análise e a avaliação dos referidos documentos, em particular no que respeita à Educação e Desporto, embora não incluam todas as nossas propostas, representam um acréscimo no que respeita ao quadro de pessoal e às rubricas dos referidos pelouros, existindo o empenho de avaliar o reforço destas rubricas, mediante as necessidades de execução das atividades regulares destas áreas.* -

----- *O acompanhamento da execução orçamental, tendo em conta as Grandes Opções do Plano e a consolidação do quadro de pessoal, irão merecer a nossa atenção, face à necessidade de consolidar e reforçar metodologias de intervenção, que são essenciais na prestação dos serviços à nossa população.* -----

----- *O nosso sentido de voto, expresso nesta Assembleia de Freguesia, não altera a nossa posição, já aqui manifestada, perante a reforma administrativa da Cidade de Lisboa e a forma como a mesma tem sido implementada pelo executivo camarário. A título de exemplo, é de relembrar as reservas do PCP, perante o afirmado superavit de 500 mil euros, que, afinal só é de 330 mil.”* -----

----- **Membro João Morais (BE)** apresentou posteriormente a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Proposta de Orçamento da Freguesia de Alvalade para o ano de 2015* -----

----- *Ponto 3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia de Freguesia de 1 de Dezembro de 2014* -----

----- *Considerando que:* -----

----- *As autarquias devem ter um papel interventivo no auxílio das pessoas mais carenciadas, especialmente na conjuntura atual de degradação das condições de vida dos cidadãos, resultante dos cortes nos rendimentos das famílias, do grande aumento dos impostos e do desemprego;* -----

----- *O considerável número de idosos residentes na freguesia, para além de terem sofrido com o corte nas pensões e reformas, têm sido muitas vezes a única base de sustento de familiares desempregados, o que agravou a situação económico-social deste grupo;* -----

----- No presente contexto de emergência social, é expectável dos entes públicos um fortalecimento substancial do esforço orçamental nas áreas sociais como resposta ao agravamento das necessidades económicas da população; -----

----- O valor orçamental proposto pela Junta de Freguesia para as áreas sociais, não foi reforçado na devida proporção do agravamento das dificuldades económicas da população, estando por fazer o diagnóstico económico-social e o apuramento exaustivo das situações de carência social; -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade propõe gastar milhares de euros na locação de imóveis para instalação e concentração de serviços e, no entanto, tenciona ceder, a título gratuito, a uma entidade privada o imóvel sede da ex Freguesia do Campo Grande, implicando o encerramento dos serviços da Freguesia existentes atualmente, o que se afigura como pouco compreensível e desprovido de racionalidade económica. ---

----- O Bloco de Esquerda vota contra o Orçamento para 2015 por entender que este não responde suficientemente às necessidades da população no contexto de emergência social presente e porque este implica o encerramento de serviços da Freguesia.” -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação de autorização de celebração de protocolo com o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa;**-----

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização de celebração de protocolo com a Área Metropolitana de Lisboa;**-----

----- O Senhor Presidente da Junta referiu que os dois protocolos eram de natureza naturalmente distinta. O protocolo com o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa era um protocolo de cooperação de natureza genérica que depois acolhia como anexo protocolos específicos de desenvolvimento de atividades concretas. Portanto, dedicaria a intervenção a esclarecer a dimensão do anexo, que era no momento a mais relevante. -----

----- Em geral dizer que o protocolo comportava transferência de verbas entre as partes e as obrigações mútuas eram de âmbito genérico. -----

----- Em concreto, o que estava proposto nesse anexo era a colocação de uma estudante de mestrado em matemática aplicada à economia e à gestão, no domínio da investigação operacional, com vista a estudar a eficiência máxima. Nesse caso o exercício era da recolha das papeleiras no âmbito do serviço de higiene urbana. Tinha havido a sensibilidade de identificar que entre os domínios onde a eficiência dos serviços podia ser melhorada era na higiene urbana e para isso se desenvolvera a estratégia da certificação da qualidade, que se encontrava perto do fim da sua implementação e muito perto das suas primeiras auditorias, que seriam levadas à Assembleia de Freguesia para apreciar, como era determinado pela Lei.-----

----- Também se tinham apercebido que uma visão inteligente, científica, matemática, dos procedimentos operacionais daquele setor podia levar a alguma transformação pertinente na qualidade do serviço. -----

----- O Departamento de Matemática Aplicada à Economia e Gestão do ISEG era, como se sabia, um departamento muito forte nesse domínio. A Universidade de Lisboa, não obstante o ISEG não estar territorialmente estabelecido nas fronteiras, era uma instituição sediada no território da Freguesia de Alvalade desde a fusão da Universidade Técnica de Lisboa com a extinta Universidade de Lisboa. Portanto, parecia um parceiro muito apto a dar essa resposta, como se viera a verificar. -----

----- Era com muito gosto que levava esse protocolo à Assembleia de Freguesia, uma vez que parecia um passo de alguma maturidade no contexto da avaliação de procedimentos ao nível de Freguesia. -----

----- Em relação à Área Metropolitana de Lisboa, era uma instituição pública de dimensão intermunicipal e o seu novo Primeiro Secretário Executivo, Engenheiro Demétrio Alves, procurara a Junta de Freguesia de Alvalade essencialmente com dois objetivos. O primeiro era na sequência da abertura de um centro de formação que a Área Metropolitana de Lisboa pretendia desenvolver e certificar e precisavam de um acesso para pessoas com mobilidade condicionada ao segundo andar. O elevador que estava ao serviço da AML tinha acesso pela Rua Carlos Mayer, nº 2, que tinha quatro degraus e um passeio muito estreito, pelo que a AML não tinha capacidade de adaptar aquela entrada para a circulação de pessoas com mobilidade condicionada e pediu à Junta de Freguesia de Alvalade que, no caso de algumas dessas pessoas fossem inscrever nas formações da AML e especialmente porque isso era um requisito da certificação do centro de formação, que pudessem fazer o atravessamento através do corredor da Junta de Freguesia até ao elevador da Carlos Mayer e a partir daí acederem ao segundo andar. Obviamente que se acedera, por razões que eram evidentes e não careciam de maiores explicações. -----

----- Outra era de, quando houvesse disponibilidade para tanto, o Conselho Metropolitano de Lisboa reunir no espaço onde se encontravam, como no passado também a Assembleia Metropolitana de Lisboa tinha reunido e que deixara de acontecer, por razões que ignorava. -----

----- Do ponto de vista de uma saudável relação institucional entre uma autarquia local e a Área Metropolitana de Lisboa, parecia importante que a AML pudesse usar um espaço que ficava na vizinhança das suas instalações e era com esse propósito que a Junta aceitara celebrar esse protocolo. Ele não tinha contrapartidas diretas para a Junta de Freguesia no seu âmbito, mas permitia uma dimensão que já tiveram oportunidade de apreciar noutras Assembleias de Freguesia, que era o diálogo construtivo que levava à adesão da Freguesia de Alvalade à central de compras eletrónica da Área Metropolitana de Lisboa, que já estava a dar os seus frutos. -----

----- Era uma colaboração muito importante no domínio da contratação pública, por maior eficiência de procedimentos, por escala na contratação, ganhos e poupanças evidentes do ponto de vista orçamental. -----

----- **Membro Diogo Bastos (PSD)** disse que o protocolo com a Área Metropolitana de Lisboa já tinha uma história, já tinha havido um protocolo nesses termos uns anos atrás que entretanto cessara, porque a AML utilizava o auditório também sem contrapartidas. Tinha cessado porque o auditório era transformado numa sala de fumo. Por mais que pedissem aos Senhores Presidentes de Câmara para não fumarem ali dentro, era charutos, era tudo. -----

----- O anterior Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, e muito bem, tinha dado um murro na mesa e acabara com isso. Inclusivamente havia um famoso Presidente de um concelho limítrofe que não saía dali sem fumar o seu charuto. -----

----- Contava esse historial porque no protocolo não surgia nenhuma norma que obrigasse a Área Metropolitana de Lisboa a respeitar as regras, nomeadamente a sinalética de não fumar. -----

----- Esse tipo de protocolo já tinha existido. A passagem pelo corredor também, quando era solicitado as pessoas passavam por ali. -----

----- A única situação que da análise do protocolo podia resultar equívoca era por ser a Junta de Freguesia a solicitar à Câmara Municipal. Naquela altura quem tratava da logística toda era a Junta Metropolitana de Lisboa. Solicitava o espaço, a Junta de Freguesia disponibilizava o espaço e eles tratavam da logística toda. Era como acontecia com a cedência do auditório a qualquer outra instituição. A questão era o porquê desse

ato concreto ser a Junta de Freguesia a ter que diligenciar junto da Câmara Municipal, o pedido das mesas, solicitar o transporte, a montagem.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a legislação tinha mudado desde a cessação desse protocolo, as coimas pelo fumo de tabaco em locais onde fosse proibido tinham subido bastante e o Executivo não teria qualquer rebuço, a Presidente de Câmara ou não, de chamar as autoridades se preciso fosse para fazerem o seu trabalho nesse domínio. -----

----- A cultura também tinha mudado, já ninguém fumava em espaços onde era proibido e até já causava estranheza que esse tipo de coisas acontecesse. Era uma questão que tinha tido o seu momento histórico, mas as circunstâncias atuais fariam com que não se verificasse.-----

----- Quanto à segunda questão, não havia nenhum segredo, pedia que não contasse a ninguém e principalmente à Câmara Municipal de Lisboa mas era mais barato se fosse a Junta. As Freguesias da cidade tinham 90% de desconto na utilização dos equipamentos municipais e, portanto, tratava-se apenas de uma cortesia à Área Metropolitana de Lisboa quando fossem necessárias mesas e cadeiras, que seria essencialmente aquilo que era necessário. Ficavam na casa dos centimos, ou euro e pouco se fossem solicitadas pela Junta de Freguesia e a AML não tinha essa isenção. Era uma cortesia que lhes faziam, sendo evidentemente ressarcidos dos valores que a esse título despendessem. -----

----- Talvez a CML, se soubesse, não gostasse muito porque estava a diminuir a sua receita, obviamente que de uma forma absolutamente marginal. Talvez o ainda Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa também não tivesse nada a obstar a essa poupança, se soubesse dela e que naturalmente viria a saber. -----

----- A justificação era essa, a Junta de Freguesia tinha 90% de desconto e havia uma poupança se fosse o requerente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **projeto de protocolo com o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação o **protocolo com a Área Metropolitana de Lisboa**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** referente à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Concluída a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO João Silva 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----



